



12º Simpósio de Ensino de Graduação

GREVE, TRABALHO E LUTA NO INÍCIO DO SÉC. XX: UM ESTUDO À LUZ DE IHERING.

Autor(es)

SIDIANE PEREIRA DE BRITO
DIEGO HENRIQUE GAMA DOSSANTOS

Orientador(es)

FERNANDA CRISTINA COVOLAN

Resumo Simplificado

Nosso trabalho visou refletir sobre a relação dialética entre os movimentos grevistas do começo do século XX e a legislação trabalhista que se seguiu, especialmente no que respeita ao governo Vargas. O que se observou foi que o início do século XX foi marcado pelo crescimento da atividade industrial no Brasil e pelo aumento nas suas exportações. As grandes cidades brasileiras se desenvolviam rapidamente e o setor industrial crescia gerando muitos empregos. Porém, apesar desse desenvolvimento ser extremamente importante e necessário para o país, ao seguirem os princípios do liberalismo puro, os proprietários dos meios de produção se despreocupavam com os interesses da classe operária, não reconhecendo quaisquer diferenças entre as partes contratantes. Ao mesmo tempo, não havia, no período qualquer tipo de legislação protetiva dos direitos trabalhistas no país, permanecendo o Estado como agente não interventor da força produtiva. Por muitos anos os trabalhadores se mantiveram calados, aguentando horas de trabalho mal remuneradas, condições péssimas para realização de suas funções, sem quaisquer garantias para o gozo de férias, inclusive quanto à manutenção do trabalho no retorno, nem descansos semanais, mulheres aceitavam trabalhos exaustivos e crianças trabalhavam como adultos. No entanto, o início do século e da industrialização também trouxe mão de obra estrangeira e com ela vieram também novas ideologias, como por exemplo o anarquismo, as correntes comunistas e socialistas, impulsionando à lutas no meio operário, meio aliás inerente à conquista de direitos na história dos menos favorecidos. Assim, já em 1906, melhor articulados formaram a Confederação Operária Brasileira por iniciativa dos sindicatos do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia. A primeira greve que explode é a de 1906, que foi a greve dos ferroviários da companhia paulista, abrangendo diversas cidades no interior do Estado; em maio de 1907 ocorre uma paralisação generalizada, a partir da capital; em 1912, ainda em maio, surge uma nova greve generalizada em São Paulo. Todos esses movimentos tinham traços específicos, têm um conjunto de reivindicações comum: oito horas diárias, aumento salarial, melhores condições de trabalho etc. Porém, é em 1917 que os operários conseguem sua maior façanha. Seguindo o pensamento de Rudolf Von Ihering, seria impossível para os trabalhadores conquistarem seus direitos sem luta, já que “a paz é o fim que o direito tem em vista, a luta é o meio de que se serve para consegui-lo”. A assunção de Vargas alterou os rumos dos direitos trabalhistas. Visando a funcionalidade da legislação, foram criadas, em 1932, as Comissões Mistas de Conciliação e as Juntas de Conciliação e Julgamento. Também se observou nas pesquisas de fontes que, apesar do texto e de sua narrativa em prol do trabalhador, as ações governamentais agiram no sentido de extinguir periódicos de matiz socialista e comunista, e a centralização dos sindicatos abafou em grande medida a manifestação dos trabalhadores, apesar de insurgências pontuais, mas significativas.